



CLUSTERS, UMA ALTERNATIVA SOCIOECONÔMICA PARA RORAIMA

Daiane Tretto

RESUMO: Com desenvolvimento tardio, o estado de Roraima apresenta ainda no século vigente os impactos da exploração vivenciada por toda região amazônica para atender às necessidades capitalistas do país. A passos lentos, o Estado busca fortalecer uma dinâmica econômica que o desvincule da economia dependente de repasses federais. Por este fator, as aglomerações de microempresas e o processo de cooperação que apresentam tornam-se foco deste estudo por compreendermos a importância destes aglomerados como uma alternativa de desenvolvimento regional sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Roraima; região amazônica; Clusters.

INTRODUÇÃO

O Estado de Roraima pode ser definido, no contexto da região amazônica, como uma região que nas últimas décadas evoluiu de uma situação tipicamente periférica, institucionalmente frágil e dependente, de difícil acessibilidade, muito pouco povoada e atraente para um contexto mais favorável, com notório potencial e maior autonomia, assentado sobre uma nova base política como unidade da Federação.

O processo de ocupação dessa região deu-se por meio dos projetos de desenvolvimento demográfico e econômico. Após a viabilização de uma melhor acessibilidade, o Estado contou com maior poder de atração para pessoas e empreendimentos em diversas áreas, resultando em novas questões que merecem ser aprofundadas.

O contínuo aumento populacional do Estado no plano urbano tem gerado crescentes demandas por habitação, infraestrutura, educação, saúde e emprego favorecendo a expansão de diversos segmentos econômicos. Neste sentido, podemos observar que o isolamento, que até pouco tempo atrás obstava o



desenvolvimento do setor econômico, e de Roraima como um todo, vem sendo paulatinamente vencido.

A partir deste contexto, pretende-se compreender, por meio de bibliografias disponíveis, a formação de *clusters*¹ no Estado de Roraima. Vislumbrar também como a promoção destes aglomerados podem se tornar uma alternativa tanto para áreas rurais como urbanas, na geração de emprego e renda, atendendo às prerrogativas do desenvolvimento sustentável.

Por se compreender que, para se pensar o desenvolvimento de regiões como a que no referimos é imprescindível vislumbrar sua relação com os demais estados da Amazônia Legal e que seu desenvolvimento deve preconizar os princípios de um desenvolvimento sustentável, onde o desenvolvimento é qualitativo e atende no escopo estratégico às premissas da comunidade e da natureza que envolve as organizações.

Portanto, é com o olhar sobre a região amazônica que se desenvolve este artigo. Esta região abriga um manancial de riquezas de imensurável quantificação em sua biodiversidade e sócio diversidade e, por estes fatores, emerge o desejo de contribuir, com o entendimento das políticas públicas para o desenvolvimento dos *clusters* do estado de Roraima.

1 Contexto Amazônico

Bem como as demais regiões do país, a Amazônia brasileira é resultado do processo de ocupação oriunda da colonização europeia nos séculos XVI, XVII e XVIII. Possui como forte característica a multidiversidade de povos decorrente deste processo que para Bertha Becker (1990, p.11), “ocorreu em surtos devassadores vinculados à expansão capitalista mundial”. Estas particularidades

¹ Neste trabalho utiliza-se a concepção mais abrangente de *clusters*, em que não se faz distinção entre distritos industriais e arranjos produtivos locais, sendo todas aglomerações de agentes produtivos em setores similares e na mesma região, com interação ou potencial para interação entre eles, que inclui produtores, pequenas e médias (MPEs). A esse respeito ver: OLIVEIRA, José Antonio Puppim (org). Pequenas empresas, arranjos produtivos locais (APLs) e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.



históricas, portanto, podem elucidar a atual conjuntura de desenvolvimento local, pautada na exploração.

A região sofreu e sofre os custos desta exploração desenfreada, com a herança histórica patrimonialista, que no processo de transição do capitalismo competitivo ao monopolista não foi presidida por uma burguesia com forte orientação democrática e nacionalista que preconizasse a construção de um desenvolvimento endógeno do país.

Somente com os projetos desenvolvimentistas as mudanças na Amazônia passam a ser percebidas. Processo que se dá a partir do Governo de Getúlio Vargas e se concretiza com a aprovação da Constituição de 1946, quando o Governo Federal resolveu criar políticas de intervenção na região. Para Brito (1994), essas mudanças fazem da Amazônia espaço para desenvolvimento de projetos que serviriam de plano piloto.

O Plano Amazônia Sustentável (PAS) destaca o quão estes projetos contribuíram para uma infundável deficiência na região. O trecho abaixo reflete a insalubridade de tais projetos, que incentivam multidões a buscar na região benefícios nada condizentes, que provocariam mais problemas agrários ao contrário do almejado:

A urbanização acelerada, associada às deficiências das políticas públicas e dos investimentos relativos à ocupação do solo urbano, abastecimento de água, saneamento básico, gerenciamento de resíduos sólidos e geração de emprego, colocaram milhões de pessoas em habitações insalubres, tanto nas áreas metropolitanas, quanto nas cidades e vilas do interior (BRASIL, 2004, p. 11).

Neste cenário se deu a colonização de Roraima, localizada no extremo norte do país, isolada das demais regiões e com ocupação tardia. Diniz (2003A) destaca que, mesmo com o auge da extração da borracha na Amazônia, o processo de ocupação dessa região foi irrisório frente aos demais estados da região. A política de desenvolvimento foi patrocinada pelo Governo Federal e administrada localmente por seus representantes que, para Barros (1995), promoveu a migração de diversas famílias, principalmente nordestinas.



Neste processo, a doação de terras nestas regiões não pode ser interpretada apenas como ação de caridade e benevolência às famílias sem terras no nordeste, por que estas famílias não deixaram suas terras e resolveram se aventurar em terras amazônicas, mas sim para amenizar o conflito agrário no Nordeste, em especial no Maranhão. Assim, criou-se em direção a Roraima, um corredor de refúgio para estas famílias, deixando satisfeitos os latifundiários nordestinos.

Observando o perfil destes migrantes, pode-se constatar, bem como Aimberê Freitas (1946) que são pessoas descapitalizadas e com pouca ou nenhuma escolaridade. Estes fatores contribuíram, para um empresariado simples, com ínfimas inovações ou práticas criativas que pudessem contribuir para um desenvolvimento qualitativo do comércio ou indústria roraimense que no século XXI, ainda anda a passos lentos.

Freitas (1997) alude que a elevação de Roraima para Território Federal e a implantação das áreas de colonização causaram importantes impactos no crescimento populacional. Ainda assim, conforme Diniz (2003a; 2003b) e Barros (1995), tais políticas não foram suficientes para fazer de Roraima um estado povoado e ligado economicamente com os demais estados.

E isso ocorreu por uma série de fatores, dentre eles o fato de o Estado depender exclusivamente do rio como canal de navegação e transporte de mercadoria. Nada obstante, o Rio Branco só é navegável durante o inverno. Na seca, as corredeiras não permitem a navegação além do município de Caracará-RR, de onde o percurso passa ser feito por terra.

Este problema de transporte e locomoção só é resolvido em 1977, ano em que a BR-174, que liga Boa Vista - RR a Manaus – AM, foi terminada. Porém, o objetivo da abertura desta BR não era interligar apenas estas duas capitais, mas abrir caminho para ocupação da faixa de fronteira do país. Segundo os autores, Barros (1995) e Diniz (2002) para cumprir com esse propósito, sua construção segue até chegar à Venezuela, fazendo tronco com a Perimetral Norte,



responsável pela abertura sudoeste do Estado à colonização e com a BR-401, que liga o Brasil à República Cooperativista da Guiana.

Diniz (2002) enfatiza que a abertura dessas estradas se tornou um marco histórico na ocupação humana do Estado, por garantir um processo de locomoção ininterrupto, em qualquer período do ano, contribuindo para a legitimação dos projetos de colonização na região, proteção mais efetiva das fronteiras e expansão comercial, solucionando duas questões emergenciais para o país: resguardar fronteiras e resolver o problema dos nordestinos.

2 Âmbito socioeconômico de Roraima

De acordo com o IBGE (BRASIL, 2010), a população de Roraima é 451.227 mil habitantes. Seu território corresponde a 5,90 % de todo território da Região Norte e a 2,63 % do território nacional, de acordo a SEPLAN/RR² ocupando uma área total de 224.301 Km². Deste total, aproximadamente 1.922 quilômetros são de fronteiras com países vizinhos, dos quais 958 quilômetros com a Venezuela e 964 quilômetros com a República Cooperativista da Guiana.

Esta posição geopolítica leva Roraima a uma intensa articulação econômica e cultural com os países vizinhos, tão significantes quanto a sua relação econômica interna, tendo em vista que estes países são importantes parceiros comerciais e representam para o Brasil uma via de transporte tanto em direção ao Caribe como ao Atlântico.

Com relação ao PIB de Roraima, a Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima (SEPLAN, 2012) apresenta um ínfimo acréscimo de 7,3% em 2001 para 7,6% em 2008. Dados pouco animadores, tendo em vista o longo período entre os anos apresentados. Ocorre o mesmo ao analisarmos os investimentos públicos do governo de Roraima, que regrediu de 7,1 % em 2001 para 4,2 em 2008. A secretaria de planejamento disponibiliza a seguinte tabela sobre o IDH:

² Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN, site: <<http://www.seplan.rr.gov.br>>, acesso em 20 de junho de 2012.



Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Brasileiro 1990 a 2005

ANO	Expectativa de Vida no nascimento (anos)	Taxa de Alfabetização dos Adultos (% com mais de 15 anos)	Taxa de Matrícula combinada (%)	PIB per capita (2005 PPC US\$)	IDH
1990*	66.1	82.0	67.3	7,219	0.723
1995*	68.2	84.7	74.4	7,798	0.753
2000*	70.3	86.9	90.2	8,085	0.789
2004*	71.5	88.6	87.5	8,325	0.789
2005	71.7	88.6	87.5	8,402	0.800

Fonte: Programa das nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD – Acesso www.pnud.org.br; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES

* Estas séries foram ajustadas levando-se em conta as revisões e atualizações das estatísticas desse ano e não necessariamente são iguais aquelas publicadas em RDH (Relatório de Desenvolvimento Humano) anteriores.

Souza (2001, p. 7-8) considera Roraima “[...] um lugar de muitos sujeitos, de múltiplas situações de encontro, da diversidade e da pluralidade social, cultural e étnica. As incessantes relações entre os migrantes e as populações tradicionais (*povos indígenas*) produz uma sociedade profundamente complexa e diversificada”. Essa realidade apresentada pela autora também representa o contexto de Boa Vista, polo receptor, tanto de migrantes de municípios vizinhos e áreas rurais, como de outros estados da federação.

Vale ressaltar que os recursos públicos, especialmente federais, responderam por grande parcela da formação da renda roraimense, mesmo após a mudança de território federal para estado em 1988, até pelo menos, meados da década passada. Quando a iniciativa privada deu início a novas oportunidades de negócios, com destaque para a produção de grãos, criando novas possibilidades econômicas para a região.

Foi neste contexto que surgiram no Brasil, no final dos anos 1990, os *clusters*. O desenvolvimento destes aglomerados teve difusão rápida no país, substituindo termos afins na grande maioria das agendas de políticas³. Desde então, os esforços realizados para o seu entendimento e promoção foram

³ O objetivo principal da política de desenvolvimento regional é o de criar, em cada região problema do país, as bases para um processo de desenvolvimento auto-sustentável, Aimberê Freitas (1946).



pioneiros e importantes, com um intenso processo de aprendizado e de incorporação de conhecimentos.

3 CLUSTERS

Marshall (1985) expõe que empresas tendem a formar distritos industriais em diferentes áreas geográficas, ou seja, um conjunto ou aglomerado de empresas trabalhando em um mesmo segmento industrial de maneira flexível e estreitamente integrado. Segundo Piore e Sabel (1984), os distritos industriais são um aglomerado de pequenas empresas funcionando de maneira flexível, sistema que representa os principais rivais dos modelos tradicionais baseados no modo de organização fordista⁴.

Na definição de Porter (1999, p.211), "um aglomerado ou *cluster* é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares". Independente da nomenclatura ou da metáfora que se utilize, parece não haver dúvidas de que, trata-se de um fenômeno identificado com um sistema social de produção, com menor ou maior complexidade, que se reproduz sobre certo território.

Elói Senhoras (2002, p. 2), contribui que,

(...) arranjos produtivos que apresentam, em maior ou menor escala, as seguintes características: forte cooperação entre os agentes; identidade sociocultural; ambiente institucional; atmosfera industrial; apoio das autoridades locais; existência de instituições de coordenação; índice de sobrevivência de empresas; elevado dinamismo e competitividade industrial; fatores locacionais favoráveis (recursos naturais, recursos humanos, logística, infra - estrutura); fortes ligações econômicas entre os agentes.

Neste íterim, tal definição indica não apenas as características de um sistema produtivo, mas também os aspectos dinâmicos do mesmo, aspectos esses liberados pelo processo de interação e aprendizagem estabelecidas entre

⁴ Fordismo foi responsável por grandes mudanças após a Segunda Guerra Mundial. O termo foi criado por Antonio Gramsci em 1922, referindo-se aos sistemas de produção em massa, idealizado pelo empresário Henry Ford.



os agentes, caracterizando assim uma capacidade de adaptação organizada e coletiva, seja por grandes ou pequenas empresas.

Destarte, Amaral Filho et al (2002) ressaltam que os *clusters* ou aglomerações geralmente surgem de maneira espontânea. Mas, seu apoio vem sendo fruto de uma nova percepção de políticas públicas de desenvolvimento, em que o local passa a ser visto como um eixo orientador de promoção econômica e social, em consonância com as diretrizes estratégicas do governo, que visam geração de emprego, renda e estímulo às exportações⁵.

É preciso, entretanto, investigar se a estratégia dos *clusters* para o desenvolvimento local de fato se ajusta a políticas públicas condizentes com a realidade amazônica, se prioriza além do desenvolvimento econômico o desenvolvimento qualitativo da população e a preservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis, tendo em vista as recorrentes práticas exploratórias destes recursos na Amazônia.

Segundo Lastres, Cassiolato e Maciel (2003) as ideias de políticas para clusters, gradativamente vêm sendo aceitas e propagadas nos países em desenvolvimento e que *a priori* os primeiros conceitos e estudos foram realizados na Itália e *a posteriori* na Alemanha, Inglaterra, Espanha, Estados Unidos e há pouco tempo no Brasil. Neste último, passaram a ser incentivados e difundidos pelas academias efetivamente como alternativa de desenvolvimento econômico na década de noventa.

Como supracitado, no final do século passado, aumenta o número de experiências e iniciativas para impulsionar políticas de apoio às micro e pequenas empresas (MPEs), baseadas na colaboração empresarial, ou seja, políticas que fomentem o desenvolvimento de aglomerados produtivos, fortalecendo a dinâmica produtiva das pequenas e médias empresas de determinada região.

As políticas, neste contexto, são intervenções públicas com múltiplos impactos, quais sejam, atender os desafios produtivos e competitivos, além de

⁵ A importância dos relacionamentos cooperativos entre firmas, envolvendo a participação de instituições e de instâncias do governo, é bastante enfatizada, sendo que as recomendações de política concentram-se no seu fortalecimento.



fortalecer a atuação dos aglomerados, tornando-os mais eficientes. Ferraro e Stumpo (2010) enfatizam que é importante colocar adiante novos processos de articulação entre setor público e privado, promovendo novos modelos de atuação. Gerando um trabalho em conjunto onde a *sociedade passa a ser a maior beneficiária*⁶.

Igliori (2001) alude que, na maioria dos casos, os clusters de países em desenvolvimento apresentam maiores deficiências relativas à capacidade inovativa, à competitividade de pequenas e médias empresas e à cooperação entre as firmas. Tal constatação pode sugerir que existam maiores dificuldades para o aumento da competitividade em *clusters* presentes nessas regiões.

No entanto, é verificada exígua participação das autoridades públicas no auxílio ao fortalecimento desses arranjos produtivos e pouca utilização de centros de pesquisa e associações já existentes. Igliori (2001), afirma que, dessa forma, pode-se argumentar que políticas públicas específicas e incentivos para maior interação com instituições de pesquisa e associações podem contribuir para a superação dessas deficiências, aproximando esses *clusters* das situações verificadas nos países desenvolvidos.

Em Roraima embora ainda pequenas e incipientes, estas organizações contam com alguns importantes *clusters* com grande potencial de expansão e adensamento, com destaque para movelaria, piscicultura, fruticultura tropical e apicultura. Além dos negócios regionais, com características, padrões de produção e com identidade em plena fase de crescimento, surgindo no mercado de agronegócios produtos específicos por meio de *clusters* eco regionais⁷.

A despeito das potencialidades de cada contexto específico, pode-se mencionar algumas sugestões de caráter geral com relação às políticas públicas mencionadas por Igliori (2001). Primeiramente, concentrar esforços onde já existam *clusters* ou em formação, respeitando as características da região. No

⁶ Grifos da autora.

⁷ A identidade eco regional atua como marca registrada, oferecendo um diferencial de preço que pode incrementar lucros na cadeia produtiva e oferecer novidades para exportação (CGEE, 2002, p. 19).



caso amazônico, por exemplo, o incentivo a um *cluster* com alto custo ao meio ambiente seria um risco.

Em segundo lugar, é importante introduzir mecanismos que favoreçam soluções coletivas, estimulando o estabelecimento de relações cooperativas e o aumento da participação integrada dos setores público e privado. Por fim, o autor aconselha que deve-se facilitar a aproximação das firmas com mercados potenciais, desenvolvendo fluxos de informação e auxiliando na implementação de estratégias de marketing.

Atualmente no Estado, são caracterizados pela SEPLAN os seguintes arranjos produtivos: Fruticultura, Pecuária de Corte e Leite, Apicultura, Piscicultura, Madeira (incluindo móveis e artefatos), Grãos, Mandiocultura e derivados. De acordo com a secretaria existem três metas para desenvolvimento desses arranjos produtivos:

Estruturar as Câmaras Setoriais dos Arranjos Produtivos locais de grão fruticultura, apicultura, piscicultura, mandiocultura, Pecuária de corte e leite movelaria, dotado de infraestrutura mínima de escritório e informática; aprimorar os processos de produção e fabricação através da capacitação de técnico e especialista de cada Arranjo Produtivo; e Criação do Fórum das APLs (SEPLAN-RR, 2005).

Neste sentido, a Secretaria de Planejamento de Roraima vislumbra nos *clusters* acima explanados, possíveis alternativas de desenvolvimento. Para Oliveira (2009) são muitas as experiências de sucesso no mundo com fomento de arranjos produtivos locais (APLs), através de aglomerações de micro e pequenas empresas (MPEs) voltadas especialmente para a valorização das potencialidades das regiões onde se situam.

De acordo com Senhoras (2002), este caráter sistêmico regional leva a vantagens que as empresas sozinhas não seriam capazes de alcançar, aumentando sua competitividade no mercado. Isso só ocorre através da interação dos produtores especializados, por representar uma forma de obtenção de vantagens competitivas já que a proximidade entre os produtores facilita a obtenção de economias externas provenientes da cooperação.



Portanto, é necessário entender que existem limitações importantes para eficácia de políticas públicas voltadas para a formação e o fortalecimento dos *clusters*. Os atores locais devem levar em conta que as iniciativas de cooperação partem dos seus próprios interesses, somente assim suas práticas serão sustentáveis. Por fim, Iglioni (2001) aconselha ser fundamental que essas políticas articulem-se com políticas de âmbito nacional para evitar o aparecimento de conflitos entre regiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o Estado de Roraima esse novo paradigma repousa, essencialmente, num modelo de valorização das potencialidades locais, envolvendo ações de natureza ambiental, econômica, social e política. Essas ações devem maximizar as vantagens comparativas regionais do Estado e promover maior justiça no acesso ao mercado e na distribuição da riqueza gerada.

O desempenho econômico e social do Estado dependerá da maturação e dos desdobramentos de iniciativas que incentivem a organização de aglomerados com intuito de criar um setor produtivo sustentável, o que dependerá ainda da implantação de infraestrutura básica que lhe assegure melhores condições de competitividade.

Deve-se levar em consideração que a política econômica em todos os aspectos se sobressai às sociais. A exemplo, as investidas do Estado Nacional e dos governantes locais na efetivação de uma política de ocupação da Amazônia sem a menor preocupação de incluir mecanismos que pudessem garantir sua continuidade. O que importava era ocupar a todo custo e hoje o estado de Roraima vive em uma situação pouco favorável, com um número considerável de habitantes desempregados.

Mas, este desenvolvimento precisa ser sustentável, pois somente quando todas as necessidades forem atendidas, como infraestrutura, saúde e segurança, as entidades jurídicas vão ter condições de trabalhar proporcionando a comunidade à sua volta, oportunidades de concretizar suas aspirações de uma



vida melhor, sem que os recursos naturais sejam degradados, dando assim para as gerações, atuais e futuras uma vida digna.

Concluiu-se que existe uma grande necessidade de um olhar mais atento dos gestores para os *clusters* do Estado, fortalecendo estes arranjos produtivos, o governo tem a oportunidade de desenvolver pequenas e médias empresas através de bases sustentáveis, incentivando os aglomerados a desenvolverem-se nos quesitos de responsabilidade social e ambiental que tanto carecemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL FILHO, J. do et al. **Núcleos produtivos e arranjos produtivos locais: casos do ceará.** In: **Seminário internacional políticas para sistemas produtivos locais de mpme.** Rio de Janeiro, Mangaratiba: Redesist, 11/13 mar. 2002.

BARROS N. **Roraima, Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional.** Editora Universitária. Recife, UFPE. 1995

BECKER, Bertha K. **Amazônia.** São Paulo: Ática, 1990.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Amazônia Sustentável.** Volume 1. Brasília, 2004.

BRITO, F. R. C. D. **Projeto Autonomia estatal e desenvolvimento regional no Brasil.** Projeto de Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1994.

CGEE - CENTRO DE GESTÃO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Cenários do ambiente de atuação das organizações públicas de pesquisa, desenvolvimento e inovação para o agronegócio brasileiro – 2002-2012.** Brasília: EMBRAPA/CGEE, 2002. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/atividades/redirect.php?idProduto=1355> . Acesso em: 16 jun. 2013.

DINIZ, A. **Frontier Evolution and Mobility in Volatile Frontier Settlements of the Brazilian Amazon. Doctoral Dissertation.** Arizona State University. 2002.



DINIZ, A. **Migração e Evolução da Fronteira Agrícola**. Geografia. Rio Claro: v.28, n.3, p.363 - 378, 2003A.

DINIZ, A. A dimensão qualitativa da mobilidade humana na fronteira agrícola de Roraima. **Cadernos de Geografia**. Belo Horizonte: v.13, n.21, p.44 - 59, 2003B.

FERRARO, C. e STUMPO, G. (orgs). **Políticas de apoio a las pymes en América Latina**. Entre avances innovadores y desafíos institucionales, Libros de la CEPAL Número 107, Santiago de Chile, 2010.

FREITAS, A. **Geografia e História de Roraima**. GRAFIMA, Manaus. 1997.

FREITAS, A. **Políticas Públicas e administrativas de territórios Federais do Brasil**. (Dissertação de Mestrado), 2º Ed. Corprint. Brasil, 1946.

IGLIORI, D. C. **Economia dos Clusters Industriais e Desenvolvimento**. Iglu: FAPESP. São Paulo, 2001.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E.; MACIEL, Maria Lucia (orgs.). **Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. 8 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

OLIVEIRA, J. A. P. **Pequenas empresas, arranjos produtivos locais (APLs) e sustentabilidade** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

PIORE, M., SABEL, C. **The second industrial divide**. Nova York: Basic Books, 1984.

PORTER, M. E. **Competição = On competition: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

RORAIMA. **Arranjos Produtivos Locais no Estado de Roraima**. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento-SEPLAN/RR. Boa Vista, 2005.

SENHORAS, E. M. **Cluster e desenvolvimento local em Campinas**. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Instituto de Economia (IE) Cidade Universitária Zeferino Vaz -Campinas –SP, 2002.

SEPLAN. **Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima – SEPLAN**. Disponível em: <http://www.seplan.rr.gov.br>. Acesso em: 20 de jun de 2012.

SOUZA, M. **Breve história da Amazônia**. 2º ed. Rio de Janeiro: Agir, 2001.



Recebido em: 31/08/2014

Aceito em:25/04/2016

Sobre a autora:

Daiane Tretto

Graduada em Administração, Pós-graduação lato sensu em Metodologia do Ensino Superior e Gestão de Projetos e Mestre em Sociedade e Fronteiras pela Universidade Federal de Roraima.